ATA DO 1º ENCONTRO DO CONSELHO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL – CONSEPRE

LOCAL: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RIO DE JANEIRO/RJ
DATA DE INÍCIO: 26/01/2022 DATA DE ENCERRAMENTO: 28/01/2022

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, às 17h00, no Plenário da Lâmina Central do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Dom Manuel, s/n, 10º andar, Centro da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, deu-se início ao 1º Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil - CONSEPRE, sob a presidência do Desembargador José Laurindo de Souza Netto, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e Presidente do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil.

A mesa foi formada pelas seguintes autoridades: Des. Henrique Carlos de Andrade Figueira, Presidente do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro e Vice-Presidente do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, na qualidade de anfitrião; Excelentíssimo Senhor Ministro Luís Roberto Barroso, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral; Excelentíssimo Senhor Dr. Bruno Teixeira Dubeux, Procurador-Geral do estado do Rio de Janeiro, representando o Excelentíssimo Senhor Cláudio Castro, Governador do estado do Rio de Janeiro; Excelentíssimo Senhor Desembargador Elton Martinez Carvalho Leme, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro; Excelentíssimo Senhor Desembargador Milton Fernandes de Souza, Presidente do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro no biênio 2017/2018; Excelentíssima Senhora Dra. Renata Gil de Alcantara Videira, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Excelentíssimo Senhor Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, Corregedor-Geral da Justiça do estado do Rio de Janeiro; Excelentíssimo Senhor Desembargador Marcelo Lima Buhatem, Presidente da Associação Nacional dos Desembargadores; Excelentíssimo Senhor Conselheiro Luiz Antônio Guaraná, Presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro; Excelentíssima Senhora Desembargadora Cristina Tereza Gaulia, Diretora-Geral da Escola da Magistratura do estado do Rio de Janeiro; Excelentíssimo Senhor Dr. Felipe Carvalho Gonçalves da Silva, Presidente da Associação dos Magistrados do estado do Rio Janeiro.

Em seguida, procedeu-se a entrada dos Desembargadores Presidentes de Tribunais de Justiça dos Estados presentes, pela respectiva ordem de precedência dos Estados Brasileiros: Des. Henrique Carlos de Andrade Figueira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão; Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco; Des. Ricardo Mair Anafe, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Des. Marcelo Rodrigues, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Dr. Paulo Marcio Soares de Carvalho, Juiz Auxiliar da Presidência, representando a Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas, Presidente do Tribunal de Justiça do

Mato Grosso; Des. Voltaire de Lima Moraes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba; Des. José Ribamar Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí; Des. Ricardo José Roesler, Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Des. Klever Rêgo Loureiro, Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas; Des. Edson Ulisses de Melo, Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe; Des. João de Jesus Abdala Simões, Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas, representando o Des. Domingos Jorge Chalub Pereira, Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas; Dr. Leandro Leri Gross, juiz auxiliar da presidência, representando a Desa. Waldirene Oliveira da Cruz Lima Cordeiro, Presidente do Tribunal de Justiça do Acre; Des. Carlos Eduardo Contar, Presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul; Des. Rommel Araújo de Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá; Dr. Océlio Nobre, juiz auxiliar da presidência, representando o Des. João Rigo Guimarães, Presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, além dos presentes registramos a presença virtual dos seguintes Presidentes: Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira, Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará; Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia; Des. Cristóvão José Suter Correia da Silva, Presidente do Tribunal de Justiça de Roraima.

Aberto os trabalhos, o Des. Henrique Carlos de Andrade Figueira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e Vice-Presidente do CONSEPRE, inicialmente como presidente anfitrião, cumprimentou os integrantes da mesa diretora e manifestou o contentamento em receber no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro o primeiro encontro do Consepre, do qual tem a honra e responsabilidade de ser Vice-Presidente. Frisou que o Consepre nasceu com o objetivo de fortalecer o papel constitucional de fortalecer o papel constitucional, garantir a representatividade do Judiciário estadual e preservar sua autonomia de forma efetiva e material. Prosseguiu ressaltando que o Brasil enfrenta a sua maior crise na saúde, na história contemporânea, com graves consequências na sociedade, na política, economia e no modelo de trabalho, fatos que exigem do poder judiciário celeridade, pensamentos mais ágeis, a fim de alcançar soluções urgentes que a nação tanto precisa. Continuou ressaltando a importância das boas práticas, os debates de conhecimentos, as decisões colegiadas, observadas as particularidades de cada Tribunal de Justiça Estadual, a harmonia com o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores são pressupostos fundamentais para um judiciário moderno, capaz de caminhar unido e atender os anseios da sociedade. Concluiu que encontros como este favorece o debate de problemas e contempla soluções imediatas para o bem de todos. Por fim, desejou a todos boas-vindas a cidade maravilhosa do Rio de Janeiro.

Logo após, foi concedida a palavra ao Desembargador José Laurindo de Souza Netto, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e do Consepre, em sua fala, cumprimentou os integrantes da mesa diretora, todos que acompanham virtualmente e os colegas Presidentes de Tribunais. Iniciou declarando que este encontro é um marco, momento histórico muito significativo, porque traz a união dos Presidentes para que possam atingir e perseguir os propósitos legítimos dos Tribunais Estaduais. Sempre com a missão cumprir a Constituição

Federal, mas sobretudo servir, prestar um serviço de qualidade, e, para isso é preciso autonomia, a consciência da importância da defesa dos legítimos constitucionais de prerrogativas dos tribunais estaduais, defender o princípio do pacto federativo como forma de amoldar dificuldades de diálogos com os órgãos centrais do poder judiciário nacional. Fez considerações sobre a importância da comunicação com outros órgãos, sempre em prol de uma magistratura independente e autônoma. Concluiu lembrando que a missão é árdua e com muitas questões para serem deliberadas, com desafios em curto espaço de tempo, pois a gestão dos tribunais ainda permanecem em dois anos. Por fim, lembrou que estamos em momento de grande transformação, processos civilizatórios avançados, e, é necessário que haja previsão do futuro, mas nunca esquecer que a melhor forma de prever o futuro é realiza-lo agora. Finalizou desejando a todos um profícuo evento.

Ato contínuo, foi dada palavra ao Excelentíssimo Ministro Luís Roberto Barroso, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em sua fala, primeiramente cumprimentou os integrantes da mesa, em seguida proferiu uma palestra discorrendo acerca da revolução digital que tem ocorrido nos últimos tempos. De forma breve e sucinta discorreu sobre a história do mundo, as três revoluções na história da humanidade, a saber, a revolução cognitiva, a revolução agrícola e a revolução científica, que se desdobra nas revoluções industriais, dentre elas a revolução digital ou tecnológica, que é singularizada pela massificação dos computadores pessoais, dos telefones inteligentes e pela internet, que unificou as pessoas mundialmente. Frisou sobre a adequação de comportamento diante das transformações que estão ocorrendo em todos países e dos grandes fenômenos que irão transformar de maneira imprevisível as vidas, a inteligência artificial, a engenharia genética. Pontuou sobre o impacto da internet e das mídias sociais sobre o Direito, pois ocorreu uma revolução na comunicação social e interpessoal, ampliou-se e democratizou-se o acesso à informação, ao conhecimento e ao espaço público de maneira geral, sem intermediação da imprensa profissional, que faz uma seleção das informações, notícias e opiniões, de modo que havia o mínimo de seleção pela ética jornalística do que seria divulgado. Concluiu sobre o peso que a liberdade de expressão tem, de um modo geral, principalmente em países como o Brasil, que tem um histórico antigo de violação a liberdade de expressão.

Finalizando os trabalhos, o Des. José Laurindo de Souza Netto e Des. Henrique Carlos de Andrade Figueira fizeram a entrega de um certificado para o Excelentíssimo Ministro, em seguida o chefe de cerimonial deu por encerrada a solenidade de abertura.

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, às 9h00, na Sala de Sessões do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, iniciaram-se os trabalhos do segundo dia do 1º Encontro do Conselho dos Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil.

O Des. José Laurindo de Souza Netto deu as boas-vindas a todos e cumprimentou o Excelentíssimo Conselheiro Richard Pae Kim, do Conselho Nacional de Justiça CNJ. Ressaltou sobre a importância do diálogo e deliberações de temas de grande importância e o impacto de

certas resoluções que precisam ser adaptadas para as realidades de cada Tribunal, em seguida, deu início às atividades do dia.

Ato contínuo o Presidente do Consepre passou a palavra ao primeiro palestrante da manhã, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Richard Pae Kim, do Conselho Nacional de Justiça CNJ, que, cumprimentou todos Presidentes presentes, parabenizou pela criação do Conselho e pela realização do evento.

Ao final da palestra, o Presidente do Consepre e os demais membros fizeram uso da palavra para debater com o palestrante o tema abordado.

Às 11h00, na Sala de Sessões do Órgão Especial do TJRJ, dando continuidade às atividades, foi concedida a palavra ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes, que proferiu uma palestra sobre Governança da Administração dos Tribunais.

Ao final da palestra, o Presidente do Consepre e os demais membros fizeram uso da palavra para debater com o palestrante o tema abordado.

Às 14h00, foi concedida a palavra ao Doutorando e Mestre em Direito Processual pela UERJ e Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Processual, o Doutor Rodrigo Fux, que discursou uma palestra sobre Análise Econômica do Direito.

Ao final da palestra, o Presidente do Consepre e os demais membros fizeram uso da palavra para debater com o palestrante o tema abordado.

Às 15h00, com a palavra, o Excelentíssimo Senhor Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Antônio Saldanha Palheiro, para discorrer sobre a Lei Geral de Proteção de Dados.

Ao final da palestra, o Presidente do Consepre e os demais membros fizeram uso da palavra para debater com o palestrante o tema abordado.

Às 16h30, com a palavra, o Excelentíssimo Senhor Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Luís Felipe Salomão, para discorrer sobre a relação do STJ e a Justiça Estadual.

Ao final da palestra, o Presidente do Consepre e os demais membros fizeram uso da palavra para debater com o palestrante o tema abordado.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, às 10h00, na Sala de Sessões do Órgão Especial do TJRJ, deu-se por abertos os trabalhos do segundo dia do 1º Encontro do Conselho dos Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil.

O Des. José Laurindo de Souza Netto deu as boas-vindas a todos e cumprimentou o Excelentíssimo Dr. Edgar Guimarães, para discorrer sobre A Autonomia do Poder Judiciário.

Ao final da palestra, o Presidente do Consepre e os demais membros fizeram uso da palavra para debater com o palestrante o tema abordado.

Às 14h00, o Des. José Laurindo de Souza Netto, abriu os trabalhos administrativos com os integrantes do Consepre, onde deliberou-se: **Item 1)** apresentação do portal do novo portal e das mídias sociais do Consepre, apresentado pelo Sr. Leonardo de Andrade Ferraz Fogaça, Secretário Executivo do Presidente do Consepre; **Item 2)** indicação e designação dos Conselhos de Consultivo, Fiscal, de Honrarias e de Revista. O Desembargador Presidente apresentou a lista de indicados, qual sejam: Conselho Consultivo: TJSP – Des. Ricardo Mair Anafe, TJAL – Des. Klever Rêgo Loureiro e TJRR – Des. Cristóvão José Suter Correia da Silva; Conselho Fiscal: TJAP – Des. Rommel Araújo de Oliveira, TJPI – Des. José Ribamar Oliveira e TJRN – Des. Vivaldo Otávio Pinheiro; Conselho de Honrarias: TJMS – Des. Carlos Eduardo Contar, TJGO – Des. Carlos Alberto França e TJPA – Des. Célia Regina de Lima Pinheiro; Conselho de Revista: TJPB – Des. Saulo Henrique de Sá e Benevides, TJTO – Des. João Rigo Guimarães e TJES – Des. Fabio Clem de Oliveira; e Assessoria Especial do Presidente do Consepre: Des. Paulo Roberto Vasconcelos, a sugestões aclamadas pela maioria; **Item 3)** o Presidente apresentou a necessidade estabelecer prioridades nos gastos e na formalização/atualização dos convênios entre o Consepre e os Tribunais de Justiça, instado a se manifestar o Des. Voltaire de Lima Moraes, do TJRS, informou o valor aproximado de sete milhões de reais, disponível a uso pelo Conselho, relembrando que os pagamentos das contribuições serão efetuados a partir de março de 2022, após a atualização dos termos de cooperação, o Des. Edson Ulisses de Melo, TJSE, sugeriu um planejamento financeiro e de gastos, estabelecendo as prioridades de uso, o Presidente do Conselho sugeriu que o Conselho Fiscal indicado apresente uma proposta de planejamento, o Des. Ricardo José Roesler, TJSC, trouxe à tona o debate de aquisição de uma sede para o Conselho, O Vice-Presidente do Consepre acompanhou a sugestão, reforçando a importância de se ter uma sede própria, o Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, TJPE, acompanhou a sugestão do Des. Ricardo, reforçando a importância de utilizar os valores já disponíveis para prover uma estrutura adequada para o bom andamento dos trabalhos e a amplitude do Conselho, o Des. Ricardo Mair Anafe, TJSP, ressaltou a importância da união do Conselho de Tribunais e do Colégio de Presidentes, ressaltou que alguns Tribunais precisam aprovar a assinatura do termo de convenio junto aos Órgãos Especiais de suas Cortes, ademais, ressaltou que se trata da segunda reunião do Conselho e que talvez fosse importante deixar a deliberação quanto a aquisição do imóvel para um segundo momento, para que a tomada de decisão seja assertiva, o Des. Voltaire de Lima Moraes informou que a decisão quanto a aquisição de um imóvel para utilização do Conselho deveria se fazer um levantamento de preços com imobiliárias do Distrito Federal, apresentando no próximo encontro um estudo ao colegiado, o que foi reforçado pelo Des. Lourival, o Des. Edson reiterou a importância de se fazer o planejamento estratégico para o Conselho, que após apresentado teria suas prioridades elencadas, dentre elas a aquisição do imóvel, Des. José Ribamar Oliveira, TJPI, questionou quanto ao como estão sendo conduzidas as formalizações dos convênios, no que o Presidente do Conselho informou que a Secretaria Executiva da Presidência deve encaminhar em breve as minutas, o Des. Edson Ulisses de Melo sugeriu que o envio das prioridades elencadas por cada integrante encaminhe a Presidência suas sugestões e que se realize uma pauta virtual especifica para este tema, por sugestão do Presidente do Conselho foi indicado o Secretário de Relações Institucionais para encaminhar a

apresentação de um Planejamento Estratégico, o que de pronto foi aceito pelo Des. Edson Ulisses de Melo, o Presidente do Conselho ainda reforçou que a Presidência sempre tem que agregar os interesses de todos, o Des. José Ribamar Oliveira sugeriu que o Des. Voltaire de Lima Moraes coordenasse estes trabalhos, o Des. Voltaire sugeriu que na projeção do planejamento deva considerar que a sede do TJDFT tem horário de trabalho fixo e que tendo uma estrutura própria em Brasília facilitaria os trabalhos do Conselho e que com a aquisição da sede deve ser revisitada, inclusive a questão do apoio operacional e de movimentação, para que a atuação do Conselho seja profissionalizada, o Presidente do Conselho reiterou que todos os apontamentos são importantes e que os estudos preliminares devem conduzir à melhor decisão do colegiado quando apresentada; **Item 4)** Ampliação dos pleitos da Magistratura com as demais entidades associativas, o Desembargador Presidente reforçou a importância de ampliar o diálogo com todas as entidades representativas e também com os demais Membros e Poderes da União; **Item 5)** Ampliação da representatividade dos Tribunais Estaduais junto ao Conselho Nacional de Justiça, em especial nos grupos de trabalho que formam os regramentos daquele Conselho, o Presidente do Conselho sugeriu que fosse compreendido como são constituídos os grupos de trabalho do CNJ para que na sequencia fosse inserida a participação dos Tribunais de Estado, o Des. Edson Ulisses de Melo sugeriu que seria necessária a observância de admissão nos grupos de trabalho com voto, pois sem voto não teríamos força para sugerir e representatividade efetiva, o Vice-Presidente do Conselho ressaltou que seria importante se impor nas bases do CNJ, o Des. Rommel Araujo de Oliveira, TJAP, que os Conselheiros do CNJ sejam instados a sempre participar dos eventos do Consepre, inclusive para fortalecer o alinhamento de entendimentos, reforçou ainda que a interferência continua do CNJ atrapalha nos bons andamentos dos trabalhos, sem considerar as diferenças culturais, reforçou ainda que a pressão do CNJ para os Tribunais de pequeno porte são maiores e que a interferências continua do CNJ limita inclusive a autonomia administrativa dos Tribunais, sugeriu por tanto que os Tribunais realizem um diagnóstico interno das interferência do CNJ na autonomia local dos Tribunais, que este material seja compilado e comparado entre todos os Tribunais para ter uma abordagem uníssona junto ao CNJ, o Des. Ricardo Mair Anafe reiterou que os Conselheiros indicados via STF não representam os interesses dos Tribunais Estaduais e que não se devem confundir os interesses e a representatividade do membros do Consepre e dos Conselheiros do CNJ que por ventura venham a compor as Cortes Estaduais, reforçou ainda que a sugestão do Presidente do Conselho e do Vice-Presidente do Conselho é a mais pertinente, a inserção de representatividade do Consepre nas comissões e grupos de trabalho do CNJ, com poder de voto, com emissão de Notas Técnicas, evitando a invasão de autonomia por parte do CNJ, exemplificando com a questão dos sistemas de gestão eletrônicas dos processos judiciais, que a imposição na autonomia de escolha acaba afetando a produtividade dos tribunais e sua representatividade, o Presidente do Conselho reforçou que precisamos sensibilizar o CNJ e ter dentro do CNJ uma representatividade maior, com conhecimento maior pelo CNJ das realidades dos Tribunais Estaduais, esta aproximação traria frutos com firmeza e com leveza; **Item 6)** Contratação de Advogados para representar o Conselho junto ao CNJ e aos demais Órgãos, o Presidente do Conselho sugeriu pela contratação de um escritório em Brasília com

reconhecimento nos temas de interesse do Conselho, o Vice-Presidente do Consepre reforçou que este escritório iria acompanhar e trazer informações de forma mais rápida para o Consepre, viabilizando a rápida tomada de decisão de seus integrantes para atender os interesses deste Conselho, o Presidente do Conselho reforçou que os advogados são importantes para fomentar o diálogo, o Des .Voltaire de Lima Moraes indicou total concordância nesta ação e que ele transformaria a ação do Conselho seria profissionalizada com esta representação, pontuou somente que seria importante fazer um levantamento dos escritórios e aprovar na sequência, tal qual a aquisição do imóvel, o Vice-Presidente reforçou que esta representatividade evitaria, inclusive, surpresas na redação das resoluções e dos encaminhamentos do CNJ, o Presidente sugeriu que no próximo encontro seja provida uma lista e apresentação de escritórios para tomada de decisões; **Item 7)** Fóruns Virtuais de Boas Práticas entre as áreas administrativas de todos os Tribunais, para fomentar a troca de experiencias entre os Tribunais, além de aprovar um levantamento entre os Tribunais daquilo que é comum para fomentar a celeridade entre, o Presidente do Conselho informou que buscar a proximidade e os caminhos adotados podem ser parametrizados para buscar uma maior celeridade nas providências de cada Tribunal, o Des. João de Jesus Abdala Simões, TJAM, ressaltou quanto a positividade na ideia e que este conhecimento entre as legislações Estaduais é de suma importância para que as providencias sejam sempre encaminhadas de maneira equalizada, apresentou um exemplo da legislação dos triênios aprovada no Estado do Pará, que fui suspensa por ação do CNJ, e que as decisões do CNJ para um Estado em especifico serão utilizadas como precedentes para outros Tribunais, reforçou ainda que a contratação de um escritório de advocacia seria importante, inclusive, para a atuação do Consepre como *amicus curiae*, o Presidente do Conselho informou que se atualizou sobre a informação da remuneração em conversa com as entidades representativas em parceria com o Vice-Presidente, relembrando que a conversão dos vencimentos em subsídios modificaram a ideia de remuneração e que hoje se faz necessária uma ação em sentido de se ter uma verba de tempo de serviço para a magistratura, o Des. Ricardo Mair Anafe reforçou que existe emenda constitucional e que está parada, que seria interessante retomar junto aos legisladores quanto ao andamento desta emenda constitucional, o Presidente do Conselho reforçou a necessidade de suporte e interesse do STF, que a consequência deste suporte seria um bom andamento junto ao legislativo, e que a estratégia é fomentar o diálogo, com resultados mais concretos, principalmente para o andamento desta PEC, o Vice-Presidente do Conselho reiterou que o andamento da PEC está condicionado aos membros do STF, Des. José Ribamar Oliveira reiterou que dos membros do STF, são poucos os Estados que estão la representados e que a proximidade e o diálogo mais próximo com os Ministros seria importante e que para os diálogos com os Ministros sejam convidados os Presidentes dos Estados de Origem dos mesmos, reiterou que a presença do Ministro Fux, na Presidência do STF, é oportuna e que deve ser considerada para ampliação dos diálogos, o Des. Voltaire de Lima Moraes apontou a realização através do Conselho dos Tribunais de Justiça um fórum especifico de Tecnologia da Informação, e da importância na manutenção deste fóruns, além deste seria importante um encontro virtual sobre a temática da saúde, o Vice-Presidente reforçou que a realização no dia de hoje de um pré-encontro virtual no dia de hoje com mais de 800 participantes, onde foram apresentadas as

boas práticas do TJPR e do TJRJ, onde Juízes Auxiliares, Diretores de Departamentos e demais servidores, como um ensaio para todos os Tribunais, o Des. Edson Ulisses de Melo reiterou que as boas práticas mais do que o intercambio e para o desenho do planejamento estratégico; **Item 8)** Deliberação quanto a realização do 2º Encontro, o Presidente do Conselho indicou como próxima sede o TJMG, que foi acatado por todos, ficando sugeridas as datas de 24 e 25 de março 31 de marco e 1º de abril, que seria alinhando com o Presidente do TJMG, para o 3º Encontro ficou sugerida e aprovada a sede sendo o TJSE, nos dias 2 e 3 de junho, ainda para o 4º Encontro ficou aprovada a sede do TJMA, sem data definida, e para o último a sede sendo no TJMS, também sem data definida ambas as proposições acatadas por unanimidade; **Item 9)** Deliberação quanto a informação e a coleta de informações dos Tribunais, para facilitar não seria de forma virtual e seria apresentada; **Item 10)** Demais assuntos do Consepre: o Des. Ricardo Mair Anafe trouxe ao debate a necessidade de se debater que recursos especiais de baixos valores não sejam encaminhados ao Tribunal, Des. Voltaire de Lima Moraes acompanha integralmente a proposição, Des. Ricardo Mair Anafe reforçou que isto passa pela necessária alteração de Lei Federal com o sentido de valorizar o trabalho dos Tribunais, o Presidente do Consepre reiterou a importância da proposta, Des. Klever Rego Loureiro, TJAL, apresentou a dúvida quanto as matérias processuais que são personalíssimas de alguns juízos, como aquelas que atingem os menores de idade, o Presidente do Conselho reforçou a importância do tema; o Presidente do Conselho trouxe a deliberação a proposta do Presidente do TJMG, que versa sobre a retomada dos trabalhos e o impacto nas gestões, no que tange a prorrogação dos mandatos de cúpula em razão dos efeitos da pandemia, que existe a necessidade de um caso concreto para os demais desdobramentos, o Des. Ricardo Mair Anafe sugeriu que os representantes que passar por mudanças ficariam impossibilitados de se manifestar, incluindo-se, por passar o cargo na próxima semana, o Des. Carlos Eduardo Contar reforçou a importância de se deliberar sobre o tema, de forma breve, para que se tenha uma sustentação breve, o Presidente do Conselho reforçou que sempre teremos esta questão da troca de comandos entre os Tribunais e que isto não obsta na deliberação, o Des. Ricardo Mair Anafe reforçou que é constrangedor debater a prorrogação dos mandatos principalmente porque muitas substituições já ocorreram e que é um tema especifico de cada Tribunal e que não seria uma questão a ser debatida por este Conselho, principalmente por que não se trata somente do cargo do Presidente, mas de toda a Cúpula Diretiva, deixando claro que cada Tribunal deve debater o tema internamente, o Presidente do Conselho reiterou que as diferenças entre os membros do Conselho, como datas de eleições e de posse sempre vão ocorrer, mas que a importância da manifestação de todos, o Vice-Presidente acompanhou os apontamentos do Des. Ricardo Mair Anafe, achando melhor cada Tribunal deliberar sobre a sua realidade, o Des. Edson Ulisses de Melo sugeriu que este assunto ainda não está estabilizado, não acreditando ser conveniente a deliberação deste tema, o Presidente do Consepre considerou o tema vencido encerrando a deliberação, instando os demais integrantes quanto a outros temas a serem debatidos, ato no qual o Des. Votaire de Lima Moraes apresentou a necessária execução dos Fóruns Virtuais, trazendo o resultado destas deliberações como subsidio para as deliberações deste Conselho, principalmente no que tange a saúde, o que foi aprovado por aclamação, ainda sobre a deliberação das matérias legislativas

de interesse do Conselho o Des. Voltaire de Lima Moraes informou quanto a importância destas deliberações, no que o Presidente do Conselho informou que serão mapeados todos estes assuntos, o Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa, TJMA, trouxe o apontamento quanto a necessária criação de uma medalha para os presidentes que encerrarem seus mandatos, para que sejam entregues em sua última participação como membros dos Consepre, o Presidente do Conselho reiterou a importância e colocou em votação a homenagem, em especial aos Des. Voltaire e Ricardo Roesler, que participam deste encontro, por aclamação foram aprovadas por aclamação, o Des. Edson Ulisses de Melo sugeriu que se estenda a todos aqueles que trabalharam para união do Conselho de Tribunais e do Colégio de Presidentes e que findaram seu mandato após o Encontro de Recife, o que foi aprovado por aclamação, ato continuo o Des. Lourival trouxe ao debate um segundo tema, qual seja a formação dos magistrados brasileiros, o Presidente do Conselho trouxe a necessária interlocução deste Conselho junto a ENFAM, principalmente no que se refere aos Concursos para a Magistratura de forma unificada, o que foi conduzido como dificultoso, o Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos registrou sua felicidade em participar deste Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, que a construção deste conselho é importante e que levara consigo a felicidade de fazer parte deste Grupo, registrando em ata ainda a necessária regularização fazendária do Conselho após as mudanças, ato continuo o Des. Voltaire dirigiu-se a todos, despedindo-se do Conselho, com o fim do seu mandato, mas hoje celebrando um novo tipo de reunião e de interlocução entre todos os Presidentes, registrando a união conseguida por todos os Tribunais, que esta união é importante para o enfrentamento de todos os embates que estão pela frente, registrando de forma especial os agradecimentos ao colegas que participaram de uma forma ou de outra para o fortalecimento do Consepre, em especial os responsáveis pelas comissões do Conselho de Tribunais e pela gestão do Colégio de Presidentes, estes em especial por trabalhar para superar as diferenças anteriores, esperando que os trilhos estejam limpos e que o trem do Conselho possa passar com destino ao objetivo comum de todos os membros deste Conselho, qual seja a valorização da Magistratura e autonomia financeira e orçamentaria, agradecendo por fim que as assessoras Rúbia e Marcia, servidoras do TJRS, que muito auxiliaram em todo o desenrolar das atividades dos Conselho, colocando-se à disposição para manter este auxilio de forma constante, com profundo agradecimento na convivência com todos os colegas, não obstante os efeitos pandêmicos, na sequencia o Des. Ricardo pediu a palavra para reforçar a importância da conexão Recife x Porto Alegre, que foi importante para esta unificação, agradecendo ao Des. Voltaire e ao Des. Fernando pelo primoroso trabalho, e aos novos representantes, Des. José Laurindo e Des. Henrique Carlos, pela primorosa continuidade deste Conselho, Des. Marcos Faver, TJRJ, tomou conhecimento da formação de um Conselho de Honrarias, reiterando que a ideia da constituição deste conselho nasceu do colega Odyr Porto e do Des. Jose Fernandes, que sempre fortaleceram a magistratura, sugerindo então pelo fortalecimento dos registros históricos deste Conselho, o Des. Klever apresentou tema a ser debatido, qual seja a transferências de presos entre os Estados, que trazem grandes, conforme estudo que fez no TJAL, o qual administra, em parceria da Secretaria de Ressocialização do Estado, a aproximadamente 180 pessoas aguardando recambiamento para o Estado de Alagoas, o que

deve se repetir em outros Estados, ocorre que o reencaminhamento é complexo e de alto custo, além da necessidade de se utilizar comerciais, em contato com o governo de Alagoas, para que fosse apresentado a este Conselho esta dificuldade, com o objetivo de se redigir carta aberta ao Governo Federal, para que se utilizem aviões oficiais para este transito, sem prejuízos da carta aberta para que se sugerisse pela adoção de medidas legislativas para resolver a questão dos apenados nesta situação de forma generalizada, neste sentido propõe o Des. Klever que fosse deliberada solução unificada para esta problemática, o Presidente do Conselho propôs que fossem amadurecidas esta temática com sugestões unificadas e deliberadas num próximo encontro, o Des. Ricardo informou que se trata de matéria de prerrogativa da Corregedoria, e que se colocado em debate o TJSP não se manifestaria para evitar conflito de competências, o Des. Edson reiterou que se trata de matéria do Tribunal e que o caminho correto seria o debate do tema com o fundo penitenciário, o Presidente do Conselho reforçou que o Consepre deve ser sempre o órgão que escute as dificuldades de todos os Tribunais, para, em conjunto, buscar soluções coletivas, o Des. Klever reiterou que por mais que seja matéria da Corregedoria, interfere em todo o Tribunal, o Des. Ricardo reiterou que por mais que sejam temas da Corregedoria, os valores não saem do Poder Judiciário, mas sim do Executivo, devendo este tema ser tratado na seara Executiva, Des. Voltaire pediu a palavra para registrar com máxima organização do evento pelo Presidente Henrique, anfitrião deste Encontro, com votos de louvor que foi acolhidos por aclamação. Encerradas as deliberações fez-se uma pausa.

Às 16h30, para o encerramento do 1º Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, o Des. José Laurindo de Souza Netto convidou o Excelentíssimo Deputado Federal Hugo Leal, para proferir a palestra de encerramento dos trabalhos.

Ao final da palestra, o Presidente do Consepre e os demais membros fizeram uso da palavra para debater com o palestrante o tema abordado.

O Presidente do Consepre, após as deliberações declarou encerrado 1º Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, sendo esta Ata, conforme o Estatuto Consolidado vigente, assinada pelo Des. Henrique Carlos de Andrade Figueira (Art. 10, inciso III), Vice-Presidente do Consepre, tendo os demais membros que participaram de forma virtual assinado os Boletins de Presença ou tendo a presença registrada de forma virtual pela plataforma utilizada (Art. 23), que acompanham a presente.

DESEMBARGADOR HENRIQUE CARLOS DE ANDRADE FIGUEIRA

VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL

Em BRANCO